



A OBSERVAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE ATENÇÃO PRECOCE NA CRECHE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA À LUZ DA LEI Nº 14.880/2024

**PEDAGOGICAL OBSERVATION AS AN EARLY INTERVENTION
STRATEGY IN DAYCARE: AN EXPERIENCE REPORT IN LIGHT
OF LAW NO. 14.880/2024**

A OBSERVAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE ATENÇÃO PRECOCE NA CRECHE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA À LUZ DA LEI Nº 14.880/2024

PEDAGOGICAL OBSERVATION AS AN EARLY INTERVENTION STRATEGY IN DAYCARE: AN EXPERIENCE REPORT IN LIGHT OF LAW NO. 14.880/2024

Maristella Nogueira Dias Campos¹ • Cesar Augusto Eugênio²

¹ Mestranda na Universidade de Taubaté,
Taubaté – SP, Brasil.
E-mail: maristella.ndcampos@unitau.br

² Professor da Universidade de Taubaté,
Taubaté - SP, Brasil.
E-mail: cesar.aeugenio@unitau.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar e analisar, sob abordagem teórico-reflexiva, a atuação de uma professora coordenadora em uma creche municipal diante de sinais precoces de desregulação emocional apresentados por uma criança de aproximadamente um ano e meio de idade, à luz da Política Nacional de Atenção Precoce (Lei nº 14.880/2024). O estudo, de natureza qualitativa, caracteriza-se como relato de experiência, fundamentado em registros profissionais, observações do cotidiano escolar e memória reflexiva da prática, analisados por meio da análise de conteúdo. A experiência, ocorrida entre 2024 e 2025, envolveu observação pedagógica qualificada, intervenção direta, orientação da equipe escolar, articulação com a família e encaminhamento para acompanhamento na área da saúde. Os resultados evidenciam mudanças significativas no comportamento e no desenvolvimento da criança, bem como impactos formativos na equipe escolar, que passou a adotar um olhar mais atento e sensível às necessidades infantis. Conclui-se que a observação pedagógica intencional e a intervenção precoce podem transformar trajetórias de desenvolvimento e fortalecer práticas inclusivas desde a primeiríssima infância, contribuindo diretamente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4 – Educação de Qualidade) e 10 (ODS 10 – Redução das Desigualdades) da Agenda 2030 da ONU, especialmente no que se refere à promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Atenção precoce. Desenvolvimento infantil. Formação docente.

ABSTRACT

This article aims to report and analyze, using a theoretical-reflective approach, the actions of a coordinating teacher in a municipal daycare center in the face of early signs of emotional dysregulation presented by a child of approximately one and a half years of age, in light of the National Policy for Early Intervention (Law No. 14.880/2024). The study, of a qualitative nature, is characterized as an experience report, based on professional records, observations of daily school life, and reflective memory of practice, analyzed through content analysis. The experience, which took place between 2024 and 2025, involved qualified pedagogical observation, direct intervention, guidance of the school team, articulation with the family, and referral for follow-up in the health area. The results show significant changes in the child's behavior and development, as well as formative impacts on the school team, which began to adopt a more attentive and sensitive approach to children's needs. It is concluded that intentional pedagogical observation and early intervention can transform developmental trajectories and strengthen inclusive practices from the earliest childhood, contributing directly to Sustainable Development Goal 4 (SDG 4 – Quality Education) and 10 (SDG 10 – Reduced Inequalities) of the UN's 2030 Agenda, especially with regard to promoting inclusive, equitable and quality education from the earliest years of life.

Keywords: Early intervention. Child development. Teacher Education.

INTRODUÇÃO

A primeiríssima infância constitui um período decisivo para o desenvolvimento humano, no qual experiências, interações e mediações exercem influência direta sobre os processos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Nesse contexto, a creche deixa de ser compreendida apenas como espaço de cuidado e passa a ser reconhecida como ambiente educativo fundamental para a promoção do desenvolvimento integral. Paulo Freire lembra que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire, 1996, p. 30), o que implica reconhecer seus modos de ser, sentir e reagir ao mundo, reforçando a necessidade de uma prática docente reflexiva e comprometida com a realidade concreta dos sujeitos.

A promulgação da Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Precoce, reforça a responsabilidade das instituições educativas na identificação, no acompanhamento e na intervenção diante de sinais de atraso no desenvolvimento, valorizando ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social e preventiva.

À luz dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo relatar e analisar, de forma reflexiva, uma experiência vivenciada por uma professora coordenadora em uma creche municipal, envolvendo a observação pedagógica, a mediação do adulto, a formação docente e na efetivação da atenção precoce como práticas transformadoras na Educação Infantil.



Este estudo está diretamente alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4 – Educação de Qualidade), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente no que se refere à meta de assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade desde a primeira infância, bem como ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao contribuir para a diminuição das barreiras que impedem crianças em situação de vulnerabilidade de acessarem condições reais de desenvolvimento e aprendizagem. A experiência relatada demonstra, na prática, como a atenção precoce, a observação pedagógica e a articulação intersetorial podem materializar esses objetivos no cotidiano da escola pública.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (2007) compreende o desenvolvimento humano como resultado das interações sociais mediadas pela cultura e pelo outro. Para o autor, é na relação com o adulto e com os pares que a criança se apropria das funções psicológicas superiores, sendo a mediação um elemento central no processo educativo.

A capacidade de autorregulação emocional, especialmente na primeira infância, não se constitui de forma espontânea ou isolada, mas depende diretamente da presença de adultos atentos, sensíveis e capazes de interpretar e responder às necessidades da criança. Assim, comportamentos persistentes de choro intenso, agitação extrema ou autoagressão não devem ser naturalizados ou reduzidos a “fases”, mas compreendidos no contexto do desenvolvimento e das condições emocionais, sociais e institucionais em que a criança está inserida. Mantoan (2003, p. 24) ressalta que a diferença precisa ser compreendida como condição humana, e não como desvio, exigindo da escola uma postura investigativa e acolhedora.

A Lei nº 14.880/2024 institui a Política Nacional de Atenção Precoce e estabelece a importância da identificação e da intervenção nos primeiros anos de vida diante de sinais de atraso no desenvolvimento. A referida política reconhece que a intervenção precoce amplia significativamente as possibilidades de desenvolvimento e de inclusão futura, reduzindo riscos de agravamento de dificuldades.

Sasaki (2010, p. 59) destaca que a inclusão começa quando se garantem condições reais de participação e desenvolvimento, o que pressupõe identificação precoce e intervenção qualificada.



Nesse sentido, a escola de Educação Infantil ocupa lugar estratégico, pois é, muitas vezes, o primeiro espaço social em que determinados sinais se manifestam de forma sistemática, exigindo dos profissionais um olhar qualificado, ético e comprometido com o desenvolvimento integral da criança.

Tardif (2002) destaca que o saber docente é plural e se constitui na articulação entre saberes da formação, saberes da experiência e saberes curriculares. Nóvoa (2022) e Roldão (2007) reforçam que a profissionalidade docente se constrói na reflexão sobre a prática e na capacidade de transformar a experiência em conhecimento profissional.

Nesse contexto, a observação pedagógica não é um ato intuitivo ou espontâneo, mas uma competência profissional que precisa ser desenvolvida e sustentada por processos formativos contínuos. Observar, registrar, interpretar e intervir constituem movimentos fundamentais para que a escola não apenas identifique dificuldades, mas atue preventivamente e de forma articulada com outros setores.

A articulação entre desenvolvimento infantil, formação docente, políticas públicas e práticas inclusivas, conforme discutida neste trabalho, insere-se no compromisso internacional assumido pelo Brasil com a Agenda 2030, especialmente no que se refere ao ODS 4, ao defender uma educação inclusiva e de qualidade desde a primeira infância, e ao ODS 10, ao buscar reduzir desigualdades no acesso às oportunidades de desenvolvimento. A atenção precoce, nesse contexto, constitui-se como estratégia concreta de efetivação desses compromissos no âmbito da Educação Infantil.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza qualitativa e de abordagem teórico-reflexiva, centrado na análise de uma prática profissional desenvolvida no contexto de uma creche municipal, no período de 2024 a 2025. Optou-se por esse delineamento metodológico por se tratar de uma investigação que busca compreender e interpretar processos educativos vivenciados no cotidiano escolar, valorizando os significados atribuídos às ações, às decisões pedagógicas e às interações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos.



A pesquisa qualitativa, conforme afirma Minayo, trabalha com “o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2014, p. 21), o que a torna particularmente adequada para a análise de experiências formativas e de práticas pedagógicas em contextos reais. Nesse sentido, o foco deste estudo não está na generalização de resultados, mas na compreensão aprofundada de uma situação singular, tomada como potencialmente formativa e reveladora de processos mais amplos relacionados à atenção precoce, à observação pedagógica e à inclusão na Educação Infantil.

Os dados que subsidiam o relato foram constituídos a partir de registros profissionais, observações realizadas no cotidiano escolar, memória reflexiva da prática da professora coordenadora e diálogos estabelecidos com a equipe pedagógica e com a família da criança acompanhada. Esses registros não foram tratados como simples descrição de fatos, mas como material empírico passível de análise e interpretação crítica à luz do referencial teórico adotado.

Para a organização e interpretação do material, recorreu-se aos pressupostos da análise de conteúdo, conforme Bardin (2020), entendida como um conjunto de técnicas que permite a sistematização, a categorização e a inferência de sentidos a partir de comunicações e registros. Assim, o material foi submetido a um processo de leitura flutuante, organização temática e análise interpretativa, buscando identificar núcleos de sentido relacionados, principalmente, à observação pedagógica, à mediação do adulto, à articulação escola-família-saúde e à atenção precoce.

Do ponto de vista ético, todos os cuidados foram adotados no sentido de preservar a identidade da criança, da família e da instituição, não sendo utilizados nomes próprios nem quaisquer informações que possibilitem a identificação dos sujeitos envolvidos. O relato tem caráter formativo e reflexivo, e não avaliativo ou diagnóstico.

Por fim, destaca-se que este estudo se insere na perspectiva do professor-pesquisador, compreendendo a prática pedagógica como espaço legítimo de produção de conhecimento, em consonância com a concepção de que a reflexão sistematizada sobre a experiência profissional constitui um caminho fundamental para a qualificação das práticas educativas e para o fortalecimento de uma escola comprometida com a atenção precoce e com a inclusão desde a primeiríssima infância.



Ressalta-se que, no processo de organização, revisão textual e aprimoramento da redação acadêmica, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT como apoio técnico à escrita, especialmente para reorganização de trechos, adequação da linguagem acadêmica e revisão de coesão e coerência textual. Todo o conteúdo, as análises, as interpretações e os dados apresentados são de autoria da pesquisadora, que assume integral responsabilidade ética e científica pelo trabalho.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS

A experiência relatada ocorreu em uma creche municipal, entre os anos de 2024 e 2025, envolvendo uma criança de aproximadamente um ano e meio de idade, matriculada no berçário. Desde os primeiros meses de frequência à instituição, a criança passou a apresentar comportamentos persistentes de intensa desregulação emocional, caracterizados por crises frequentes de choro, gritos e episódios de autoagressão, nos quais batia a própria cabeça contra a parede e o chão, chegando, por vezes, a apresentar inchaços visíveis na região frontal.

As professoras e auxiliares relatavam grande dificuldade em se aproximar da criança e em realizar as propostas pedagógicas e os cuidados de rotina, uma vez que as crises eram intensas e de difícil manejo. Diante desse quadro, a professora coordenadora da unidade foi acionada para observar a criança em diferentes momentos do cotidiano escolar.

Um dos episódios mais significativos ocorreu no momento em que a criança acordava do sono após o período do almoço. Nessa ocasião, encontrava-se extremamente agitada, chorando intensamente e se autoagredindo. Ao intervir diretamente, a professora coordenadora acolheu a criança no colo e passou a utilizar estratégias de contenção afetiva e corporal, com voz baixa, movimentos rítmicos e contato físico tranquilo, semelhantes às estratégias frequentemente utilizadas com crianças com dificuldades de regulação emocional. Após alguns minutos, a criança conseguiu se acalmar e permaneceu tranquila.

Entretanto, ao tentar transferi-la para o colo de uma auxiliar, a criança voltou a apresentar a crise, com choro intenso e movimentos de autoagressão. Diante disso, a professora coordenadora orientou a auxiliar quanto à forma de realizar a aproximação, a contenção corporal e o manejo da atenção da criança, sugerindo o desvio de foco por meio da apresentação de estímulos de interesse,



como objetos do ambiente, brinquedos ou elementos da natureza. A partir dessa mediação, a criança conseguiu novamente se acalmar, permitindo a continuidade da rotina.

A recorrência desses episódios e a intensidade dos comportamentos observados indicaram que não se tratava apenas de manifestações esperadas do desenvolvimento infantil, mas de sinais que exigiam atenção especializada. Dessa forma, a professora coordenadora convocou a mãe da criança para uma conversa. Na ocasião, a responsável relatou que os mesmos comportamentos também ocorriam em casa, incluindo crises de choro, gritos e autoagressão, sendo que, em alguns momentos, a criança chegava a apresentar inchaços na testa em decorrência das pancadas.

Diante desse relato, a família foi orientada a procurar atendimento médico, inicialmente com a pediatra, para posterior encaminhamento ao neuropediatra. A mãe acatou prontamente a orientação e, no dia seguinte, retornou à escola com o encaminhamento e a solicitação de um relatório descritivo do comportamento da criança para subsidiar a consulta especializada.

Paralelamente, no âmbito escolar, a professora coordenadora articulou o acompanhamento do caso com a professora especialista da rede, organizando, junto à equipe docente, um plano de apoio que incluía: maior atenção individualizada à criança, observação sistemática dos momentos de maior desregulação, tentativa de identificação de possíveis gatilhos para as crises, proteção física durante os episódios de autoagressão e a presença constante de uma auxiliar como referência para o cuidado e para a mediação emocional. Também foi orientado que a professora da turma realizasse atividades individualizadas, de modo a garantir que a criança não fosse privada dos estímulos necessários ao seu desenvolvimento.

A consulta com o neuropediatra ocorreu em curto prazo, e foi prescrita uma medicação, com orientação de acompanhamento clínico contínuo, considerando a idade da criança e a necessidade de observação para um possível diagnóstico futuro. A medicação foi iniciada imediatamente pela família.

Já no dia seguinte ao início do uso do medicamento, observaram-se mudanças significativas no comportamento da criança: ela passou a apresentar-se mais tranquila, sorridente, deixou de se autoagredir, reduziu drasticamente os episódios de choro e gritos e passou a permitir maior aproximação dos adultos. Com isso, as professoras e auxiliares conseguiram estabelecer vínculos mais consistentes e realizar as propostas pedagógicas e os cuidados diários de forma mais efetiva.



Segundo relato da mãe, as mudanças também foram percebidas no ambiente familiar: a criança passou a dormir melhor, aceitar os cuidados de higiene, como troca de roupas e pentear os cabelos, e responder de forma mais positiva aos comandos e orientações. O progresso observado foi significativo e comemorado tanto pela família quanto pela equipe escolar.

No ano seguinte, ao ser promovida para a turma do Maternal I, a criança inicialmente manteve os avanços conquistados. No entanto, no mês de fevereiro, voltou a apresentar episódios de desregulação, com retorno dos gritos, da agitação e da autoagressão. Diante dessa regressão, a professora coordenadora novamente entrou em contato com a família, sendo informada de que a medicação havia sido interrompida por falta de receita, uma vez que a consulta de retorno estava agendada apenas para o mês de abril.

A família foi então orientada a procurar atendimento pediátrico para a renovação da receita e para a reavaliação da dosagem, considerando o crescimento e o ganho de peso da criança. Mais uma vez, a mãe seguiu as orientações, conseguiu a renovação da prescrição e o ajuste da dose até a consulta com o especialista.

Após a retomada do uso da medicação, observou-se novamente uma evolução significativa no comportamento da criança: ela voltou a dormir adequadamente, a participar das atividades, a compreender e seguir comandos, a respeitar regras simples, a interagir com colegas e adultos e a apresentar avanços importantes no desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

A partir desse acompanhamento, foi possível constatar que a intervenção precoce, articulando ações pedagógicas, familiares e de saúde, foi determinante para garantir melhores condições de desenvolvimento à criança, respeitando sua fase de desenvolvimento e ampliando suas possibilidades de participação e aprendizagem no contexto escolar.



ANÁLISE REFLEXIVA DA EXPERIÊNCIA

A experiência relatada evidencia, de forma concreta, que a atenção precoce não se inicia nos serviços especializados, mas no cotidiano da creche, por meio da observação pedagógica intencional e da mediação sensível do adulto. Conforme aponta Vygotsky (2007), é na relação com o outro que a criança constrói suas funções psicológicas, sendo o adulto um organizador do ambiente e das experiências.

O caso analisado demonstra que a leitura qualificada dos sinais apresentados pela criança permitiu diferenciar comportamentos esperados do desenvolvimento daqueles que indicavam uma atenção maior, necessitando de intervenção especializada. Essa distinção só foi possível devido à formação da profissional e à sua trajetória na área da educação especial, o que reforça a importância da presença de profissionais com esse perfil nas equipes gestoras.

A articulação entre escola e família e entre educação e saúde também se mostrou fundamental, em consonância com os princípios da Lei nº 14.880/2024, que preconiza a atuação intersetorial na atenção precoce. Observou-se que pequenas mudanças, realizadas no tempo certo, produziram impactos significativos no desenvolvimento da criança, tanto no contexto escolar quanto no familiar.

Além disso, a experiência gerou efeitos institucionais mais amplos, ao promover mudanças no olhar da equipe docente, que passou a observar as crianças com maior atenção, segurança e sensibilidade, incorporando a observação como prática formativa e preventiva.

Desse modo, a experiência analisada demonstra que a escola pode atuar como espaço efetivo de concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente do ODS 4 e do ODS 10, ao promover práticas que não apenas identificam precocemente dificuldades, mas criam condições reais de permanência, participação e aprendizagem, contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada permite afirmar que a observação pedagógica intencional e a intervenção precoce podem transformar significativamente trajetórias de desenvolvimento infantil. Pequenas ações, quando realizadas no tempo certo e sustentadas por formação teórica e sensibilidade profissional, produzem impactos profundos e duradouros na vida da criança, de sua família e da própria instituição escolar.

O caso analisado evidencia, de modo concreto, que um professor bem formado, que conta com apoio institucional e respaldo técnico, é capaz de transformar realidades, inclusive no que se refere a comportamentos que, à primeira vista, poderiam ser interpretados de forma equivocada como “indisciplina”, “birra” ou “dificuldade de adaptação”. Muitas crianças, especialmente na primeiríssima infância, ainda não possuem recursos simbólicos e linguísticos para expressar o que sentem, o que vivem ou o que as aflige, manifestando seu sofrimento por meio do corpo e do comportamento. Nesses casos, a ausência de compreensão por parte dos adultos pode intensificar o sofrimento e comprometer o desenvolvimento.

Nesse sentido, o relato reforça que a presença de profissionais capacitados, com olhar sensível, formação específica e compromisso ético, pode representar a verdadeira “virada de chave” para que a inclusão se realize de forma efetiva e não apenas formal. Não se trata apenas de identificar precocemente dificuldades, mas de criar condições concretas de acolhimento, mediação e desenvolvimento, respeitando o tempo e as singularidades de cada criança.

Além disso, a experiência evidencia a importância da articulação entre políticas públicas e práticas escolares, especialmente à luz da Lei nº 14.880/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Precoce. Tal articulação mostra-se fundamental para que a escola não atue de forma isolada, mas em diálogo permanente com a família e com os serviços de saúde, construindo uma rede de proteção e cuidado em torno da criança.

Ao dialogar diretamente com os compromissos assumidos na Agenda 2030 da ONU, especialmente com o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades), este estudo reafirma que a atenção precoce e a formação docente constituem estratégias centrais para a construção de sistemas educacionais mais justos, inclusivos e comprometidos com o



desenvolvimento integral de todas as crianças desde a primeiríssima infância.

Por fim, conclui-se que investir na formação docente, na consolidação de uma cultura institucional de observação pedagógica e na efetivação da atenção precoce não é apenas uma escolha pedagógica, mas um compromisso ético e político com o direito das crianças a uma educação verdadeiramente inclusiva desde a primeiríssima infância.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho representa muito mais do que a produção de um texto acadêmico: é o resultado de uma trajetória profissional, pessoal e formativa marcada por desafios, aprendizagens e encontros significativos.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder saúde, força e perseverança para seguir caminhando, mesmo nos momentos de cansaço e incerteza, e por iluminar cada passo desta jornada.

À minha família, agradeço pelo amor, pela paciência, pelo apoio incondicional e pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar, estudar e me dedicar intensamente a este percurso. Vocês são meu alicerce e minha maior motivação.

À Universidade de Taubaté (UNITAU), agradeço pela oportunidade de formação e pelo espaço de reflexão e crescimento profissional. Aos professores do Programa de Mestrado, agradeço pelas contribuições teóricas, pelas provocações intelectuais e pelo compromisso com uma educação crítica e transformadora.

Ao meu orientador, deixo meu agradecimento especial pela escuta atenta, pelas orientações seguras, pela generosidade intelectual e pela confiança depositada em meu trabalho. Sua condução foi fundamental para que este estudo ganhasse forma, rigor e sentido.

Às professoras e às auxiliares da creche municipal onde esta experiência foi vivenciada, agradeço pela parceria, pelo comprometimento e pela abertura ao diálogo e à reflexão sobre a prática. Este trabalho é fruto de uma construção coletiva, feita no cotidiano, entre desafios e conquistas.

Às famílias, em especial à família da criança que inspirou este estudo, agradeço pela confiança, pelo diálogo e pela parceria, fundamentais para que o trabalho pedagógico e o cuidado se realizassem de forma ética e colaborativa.



Por fim, agradeço a todos os colegas de caminhada, que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este percurso fosse possível. Que este trabalho possa, de alguma forma, retribuir tudo o que recebi e reafirmar meu compromisso com uma educação pública, inclusiva, sensível e socialmente comprometida desde a primeiríssima infância.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2020.

BRASIL. Lei nº 14.880, de 16 de maio de 2024. **Institui a Política Nacional de Atenção Precoce voltada ao atendimento especializado de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos com deficiência, com risco para o desenvolvimento ou com atraso no desenvolvimento**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 95, p. 1, 17 maio 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14880-4-junho-2024-795715-publicacaooriginal-171961-pl.html> Acesso em: 07 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 79ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 6ª edição de 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NÓVOA, A. **Escolas e professores: proteger, transformar e valorizar**. Col. Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

OPENAI. **ChatGPT [GPT-5]**. São Francisco, CA: OpenAI, 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

ROLDÃO, M.C. **Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n. 34, p. 94-103, jan./abr., 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério**. Educação & Sociedade., n.73, dez. 2000.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipola Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



